

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A

SUZE LANE DE ASSUNÇÃO

**RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL NOS CICLOS
ELEITORAIS**

VITÓRIA

2025

SUZE LANE DE ASSUNÇÃO

**RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL NOS CICLOS
ELEITORAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Soares Monte-mor.

VITÓRIA

2025

SUZE LANE DE ASSUNÇÃO

RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL NOS CICLOS ELEITORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 09 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr.: DANILO SOARES MONTE-MOR
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: AZIZ XAVIER BEIRUTH
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: JOSÉ MÁRIO BISPO SANTANNA
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder fé, que me amparou e me fortaleceu com confiança para continuar.

À minha mãe e meu pai (em memória) que sempre priorizaram a oportunidade de estudar, mesmo em meio a uma vida simples no campo, pois sempre acreditaram que essa era a melhor alternativa para que eu pudesse ser alguém de sucesso.

Às minhas irmãs, minhas incentivadoras, pilares de força e exemplo de resiliência.

Ao meu marido, por todo amor, parceria, apoio incondicional e paciência nesta jornada.

Às minhas filhas, por compreenderem minha ausência e por serem a razão de toda minha dedicação. Acredito que minhas conquistas sejam inspiração e motivo de orgulho para elas.

Aos professores que foram referências e motivadores, principalmente ao Prof. Dr. Danilo pela condução e sabedoria compartilhada.

Aos amigos da turma de Mestrado, que dividiram comigo as angústias e aprendizados, especialmente meu grupo de trabalho pelas palavras de encorajamento e por dividirem esse percurso tornando o mais alegre.

À Contabilidade Geral do Estado - Coges, pelo incentivo financeiro que permitiu a realização de um sonho, por meio do Programa de Aperfeiçoamento Funcional Permanente da Coges/RO de Rondônia, cofinanciada pelo Governo do Estado.

“Se você pensa que pode ou sonha que pode, comece. Ousadia tem genialidade, poder e mágica. Ouse fazer e o poder lhe será dado.”

(John Anster)

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os impactos da utilização dos restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultado na sustentabilidade fiscal e na reeleição. A metodologia de pesquisa aplicada foi pelo modelo econométrico de regressão linear aplicado a dados em painel, com dados secundários no período de 2015 a 2023 para contemplar 2 ciclos eleitorais, a amostra foi composta pelos municípios brasileiros. Os resultados indicaram que houve uma redução na inscrição de restos a pagar em períodos eleitorais, sugerindo que os gestores adotam estratégias para demonstrar prudência fiscal. Além disso, verificou-se que o aumento nos restos a pagar processados está positivamente associado à probabilidade de reeleição, enquanto os restos não processados apresentam um efeito negativo. Em relação à sustentabilidade fiscal, o uso de restos a pagar mostrou uma melhora temporária nos resultados fiscais. Como contribuição teórica, esta pesquisa amplia a literatura sobre ciclos políticos e comportamento eleitoral no setor público, explorando como a utilização dos restos a pagar pode ser empregada para manipular resultados fiscais. Já como contribuição prática, espera-se que os órgãos reguladores identifiquem riscos na legislação fiscal que permitam manobras políticas, subsidiando o desenvolvimento de sinalizadores para o uso inadequado dos restos a pagar e promovendo a conscientização social sobre práticas manipulativas.

Palavras-chave: Restos a Pagar; Sustentabilidade Fiscal; Reeleição; Gerenciamento de Resultados; Ciclos Eleitorais.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impacts of using outstanding payments as a tool for managing results on fiscal sustainability and reelection. The research methodology applied was the linear regression econometric model applied to panel data, with secondary data from the period 2015 to 2023 to cover 2 electoral cycles; the sample was composed of Brazilian municipalities. The results indicated that there was a reduction in the registration of outstanding payments during electoral periods, suggesting that managers adopt strategies to demonstrate fiscal prudence. In addition, it was found that the increase in processed outstanding payments is positively associated with the probability of reelection, while unprocessed outstanding payments have a negative effect. Regarding fiscal sustainability, the use of outstanding payments showed a temporary improvement in fiscal results. As a theoretical contribution, this research expands the literature on political cycles and electoral behavior in the public sector, exploring how the use of outstanding payments can be used to manipulate fiscal results. As a practical contribution, it is expected that regulatory bodies identify risks in tax legislation that allow political maneuvers, subsidizing the development of indicators for the inappropriate use of outstanding payments and promoting social awareness about manipulative practices.

Keywords: Restos a Pagar; Fiscal Sustainability; Reelection; Earnings Management; Electoral Cycles.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. RESTOS A PAGAR E CICLOS POLÍTICOS	12
2.2. RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL	18
2.1.1. Resultado Primário	22
2.1.2. Resultado Nominal.....	23
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	25
3.2. MODELO DE ANÁLISE	28
4. ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA	34
4.2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO	37
4.3. RESULTADOS DAS REGRESSÕES	41
4.3.1. Inscrição de Restos a Pagar.....	41
4.3.3. Sustentabilidade Fiscal	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história política, os atributos dos candidatos como sua experiência, formação e caracterização desempenham um papel fundamental na maneira como atuam na gestão pública, moldando suas percepções sobre questões sociais e interferindo diretamente nas decisões e estratégias governamentais, o que influencia os rumos da administração pública e seu impacto na sociedade (Rotta et al., 2023). Ademais, a dinâmica dos ciclos orçamentários políticos é frequentemente condicionada pela capacidade dos governantes de manipular as percepções de eleitores com compreensão limitada das finanças públicas, utilizando práticas orçamentárias para assegurar vantagens eleitorais, como evidenciado nos estudos sobre ciclos políticos orçamentários (Crombach & Bohn, 2024).

Além do desempenho do gestor visando a prestação de contas ao órgão fiscalizador, existem outros fatores determinantes que influenciam sua atuação durante a legislatura, como a oscilação do mercado financeiro refletindo as decisões políticas, assim como a preocupação no que diz respeito à reeleição (Bessho & Hirota, 2021). A manipulação ascendente dos resultados financeiros das entidades municipais italianas em períodos eleitorais, sugere um comportamento oportunista por parte dos políticos em exercício, com a finalidade de influenciar a percepção dos eleitores sobre a eficiência de sua gestão e, assim, contribuir para sua reeleição (Capalbo et al., 2021).

A conformidade com a legislação fiscal não só evita sanções, como também pode ser explorada estrategicamente pelos gestores, uma vez que a obediência às normas pode ser interpretada pelos eleitores como sinal de competência e respon -

sabilidade na administração pública (Kuroki, 2023). Assim, ao cumprir estritamente as normas fiscais, os gestores, procuram transmitir uma imagem de controle e responsabilidade aos eleitores, o que pode ser um fator decisivo em suas campanhas de reeleição (Marciniuk & Bugarin, 2019).

No entanto, estudos demonstram que o cumprimento das diretrizes fiscais pode ser heterogêneo entre os municípios, já que nem todos seguem integralmente as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Camargo & Sehnem, 2010). Essa flexibilidade na aplicação da norma abre margem para que os prefeitos decidam inscrever mais ou menos restos a pagar dentro da disponibilidade financeira, tornando a gestão desses saldos uma ferramenta de gestão (Almeida et al., 2018). O Tribunal de Contas, ao fiscalizar a execução orçamentária e financeira, busca garantir maior conformidade com a legislação, reduzindo a manipulação indevida das contas públicas (Mendes et al., 2020).

Nesse contexto, segundo Healy e Wahlen (1999), os gestores, no intuito de atender seus anseios e a necessidade de informação dos *stakeholders*, manipulam dados para prestar contas e *accountability*, influenciando a percepção dos resultados financeiros através de mecanismos de gerenciamento de resultado, que, apesar de estarem na margem da legalidade e permitirem discricionariedade nos registros contábeis, como na realização ou adiamento de despesas, não se confundem com práticas fraudulentas.

No tocante ao processo de carregamento de saldo para o exercício seguinte (*carry over*) na modalidade de restos a pagar percebe-se seu impacto na confiança orçamentária e na previsibilidade das contas públicas (Aquino & Azevedo, 2017). Essa prática pode comprometer a sustentabilidade fiscal ao influenciar o nível de

endividamento e a ocorrência de déficits fiscais, sendo frequentemente associada ao gerenciamento de resultados (Almeida et al., 2018). Embora estudos anteriores tenham analisado os aspectos técnicos e procedimentais dos restos a pagar, ainda há uma lacuna significativa na literatura quanto ao impacto dessa prática na sustentabilidade fiscal e nas chances de reeleição.

Neste sentido, o presente trabalho aborda o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos da utilização dos restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultado na sustentabilidade fiscal e na reeleição? Assim, o objetivo desse trabalho é analisar os impactos da utilização dos restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultado na sustentabilidade fiscal e na reeleição.

Para responder a essa questão, foi realizado um estudo de caráter descritivo, com abordagem indutiva e natureza quantitativa. Os dados foram obtidos de fontes secundárias e com corte longitudinal, provenientes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). As informações corresponderam ao período de 2015 a 2023, contemplando 2 ciclos políticos e seu processamento foi pelo modelo econométrico de regressão linear múltipla aplicado a dados em painel.

A análise evidenciou que houve uma redução nos restos a pagar durante anos eleitorais, sugerindo que gestores buscam demonstrar responsabilidade fiscal nesse período. No ano pós-eleitoral, no entanto, o aumento dos restos não processados indica uma estratégia de adiamento de despesas. Os restos processados, por sua vez, mostraram-se favoráveis à reeleição, enquanto os não processados tiveram efeito oposto. Esses resultados também apontam uma melhora temporária na

sustentabilidade fiscal, destacando a relevância dos restos a pagar como ferramenta de gestão de resultados no setor público.

Como contribuição teórica, a presente pesquisa oferece uma nova perspectiva ao estudo de Araújo et al. (2023) ampliando a análise ao incluir outros fatores associados ao comportamento oportunista do gestor diante da utilização dos restos a pagar para manipulação dos resultados fiscais. Essa abordagem está intrinsecamente ligada à teoria de Nordhaus (1975), que desenhou a dinâmica eleitoral em que o desempenho da liderança é voltado para o sucesso de sua candidatura. O estudo também complementa a pesquisa de Waldna (2018) ao expandir o escopo para os municípios brasileiros, além de agregar o enfoque da sustentabilidade fiscal.

Na perspectiva prática, esta pesquisa fornece subsídios valiosos para os órgãos reguladores ao destacar áreas da legislação fiscal que podem ser suscetíveis a manobras políticas, possibilitando que desenvolvam ferramentas de monitoramento e prevenção de práticas que comprometam a sustentabilidade fiscal e ainda o desenvolvimento de sinalizadores e *benchmarks* que auxiliem no monitoramento das contas públicas. Além disso, espera-se que as descobertas incentivem uma maior conscientização dos gestores públicos sobre o impacto negativo do uso inadequado de restos a pagar, estimulando a adoção de práticas que garantam a transparência e responsabilidade fiscal.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. RESTOS A PAGAR E CICLOS POLÍTICOS

As despesas empenhadas e não pagas até o final de um exercício fiscal, as quais se distinguem em processadas e não processadas, comprometendo exercícios fiscais futuros, são conhecidas como restos a pagar (Lei 4.320/1964). Essas despesas são uma das razões para as distorções financeiras nas contas municipais, uma vez que os registros parciais por competência podem maquiar superávits e déficits, distorcendo a real situação financeira (Costa et al., 2013).

Essa prática, caracterizada pela manipulação intencional de informações contábeis é conhecida por gerenciamento de resultado, que se vale da discricionariedade para interferir na avaliação do usuário (Dechow et al., 1995). No estudo de Omurgonulsen e Omurgonulsen (2009), os autores discutem que a escolha de moldar informações propositalmente dentro dos limites legais não se caracteriza como fraude, entretanto, dependendo da perspectiva adotada na definição deste conceito, como no caso analisado do setor bancário turco, essas práticas podem ser vistas como distorções ilegais.

A motivação para demonstrar bons resultados para garantir a confiança dos cidadãos decorre da constatação de que os eleitores racionais, objetivos, que utilizam as informações contábeis financeiras, são influenciados em suas decisões de voto, portanto, os gestores tendem a adotar estratégias contábeis mais cuidadosas para impactar positivamente os resultados eleitorais (Kuroki, 2023).

Dessa forma, a relação de ciclos oportunistas e mudanças estratégicas nas despesas correntes e despesas de capital demonstram resultados que potencializam a probabilidade de reeleição sendo mais acentuado no ano que antecede o eleitoral (Coelho, 2004). Os resultados das análises de Cohen e Malkogianni (2021) sugerem que indicadores de sustentabilidade financeira, como índices de endividamento, liquidez e eficiência, contribuem para o constante gerenciamento de resultados, sendo intensificado no ano anterior às eleições.

Benito et al. (2021) examinaram como os governos locais na Espanha fazem uso estratégico de sua autoridade para aplicar multas, observando que, em anos eleitorais, há uma tendência de reduzir a emissão de penalidades para evitar a insatisfação entre os cidadãos, enquanto, no período pré-eleitoral aumentam arrecadação de multas possibilitando maiores gastos com itens mais atrativos à população.

Chen et al. (2008) demonstram que as empresas locais, com o apoio do governo chinês realizam ajustes contábeis para manipularem os resultados apesar de isso comprometer a confiança dos investidores. Santos et al. (2012) concluem que a utilização das contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes demonstram estratégias de gerenciamento de resultados para fins de equilíbrio orçamentário.

Segundo Arcas e Martí (2016), as autoridades locais inglesas, para fins de possuir vantagens na divulgação dos seus relatórios financeiros, utilizam de acumulações anormais para reportar equilíbrio orçamentário sem grandes discrepâncias e um elevado déficit, também identificaram que os maiores ajustes ocorrem nas despesas com depreciação.

A experiência fiscal de Gana demonstra que, apesar das regras fiscais, como a limitação do déficit fiscal anual a cinco por cento do PIB e a exigência de um saldo primário positivo, a instabilidade financeira permanece evidente nos períodos eleitorais, pois, embora a legislação forneça diretrizes para promover a responsabilidade fiscal, ela, por si só, não assegura a estabilidade financeira (Pimpong & Tei, 2022). Estudos na União Europeia mostram que, embora tais regras possam melhorar a sustentabilidade em países com boas práticas fiscais, elas perdem a eficácia em contextos de alta pressão política e econômica (Onofrei et al., 2020).

Do mesmo modo, no Brasil, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleça diretrizes rigorosas para evitar o uso oportunista das finanças públicas em períodos eleitorais, como especificado no artigo 42, que proíbe a contratação de despesas nos últimos oito meses de mandato que não possam ser quitadas dentro do mesmo exercício financeiro ou que se estendam para o ano seguinte sem a devida disponibilidade de caixa, essas medidas não têm sido suficientes para impedir a utilização de práticas fiscais inadequadas (Cruz et al., 2018). A interpretação da LRF quanto à inscrição de restos a pagar e suas limitações ao valor disponível em caixa no final do exercício fiscal permite práticas na margem da legalidade (Santos et al., 2021).

Para reforçar a responsabilização fiscal, a Lei nº 10.028/2000 introduziu alterações no Código Penal, tornando mais rigorosa a avaliação das infrações relacionadas ao descumprimento das regras de equilíbrio orçamentário. O artigo 359-C do Código Penal tipifica como crime a assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira suficiente, estabelecendo pena de reclusão de um a quatro anos. Além disso, o artigo 21 da LRF determina a

nulidade dos atos administrativos que resultem na contratação de despesas sem cobertura financeira. Essas disposições legais ampliam a rede de controle sobre as finanças públicas, buscando garantir que os gestores cumpram as normas fiscais e evitem comprometer a responsabilidade fiscal (Camargo & Sehnem, 2010).

Apesar dessas medidas, a efetividade da LRF continua comprometida pela ausência de uniformidade na interpretação das normas e pela falta de mecanismos que impeçam a perpetuação de práticas fiscais insustentáveis, além disso, a autonomia dos Tribunais de Contas e da inexistência de uma instância central de padronização resultam em assimetrias na fiscalização, permitindo que gestores utilizem restos a pagar como ferramenta de ajuste orçamentário sem necessariamente incorrer em ilegalidades formais (Nunes et al., 2019). Esse cenário reflete um processo de mudança institucional incremental, no qual as regras permanecem formalmente as mesmas, mas sua aplicação varia conforme o contexto político e econômico de cada ente federativo, demonstrando que, embora a LRF imponha restrições, sua aplicação não impede a deterioração das contas públicas quando há déficits recorrentes e descontrole da dívida (Cruz et al., 2018; Nunes et al., 2019).

Com base no exposto, espera-se que, em anos de eleições municipais, os prefeitos intensifiquem práticas de gerenciamento de resultados por meio da manipulação de restos a pagar, buscando projetar uma imagem de responsabilidade fiscal. Nesse contexto, propõe-se a seguinte hipótese:

H1: Em períodos eleitorais, os prefeitos reduzem a inscrição dos restos a pagar.

No estudo de Nordhauss (1975), o comportamento dos governantes no período de 1947 a 1972 foi analisado e classificado como oportunista, de acordo com a teoria

dos ciclos políticos, devido às práticas diferenciadas adotadas para garantir seu reingresso ao cargo. Essa perspectiva de ciclos políticos, onde gestores ajustam suas condutas durante os períodos eleitorais para criar uma imagem positiva e aumentar suas chances de sucesso eleitoral, foi corroborada por Rogoff (1987), que argumenta que essas práticas buscam manipular políticas econômicas e fiscais para maximizar os benefícios eleitorais imediatos, ainda que em detrimento da sustentabilidade econômica a longo prazo.

De maneira semelhante, Gonçalves et al. (2017) obtiveram resultados positivos, relativos ao aumento de investimentos em infraestrutura pelos partidos de esquerda e de centro em períodos pré-eleitorais ao comparados aos partidos de direita, constatando que essa tendência é influenciada tanto pelo calendário eleitoral quanto pela ideologia partidária dos governantes na alocação dos recursos públicos.

O gestor adota políticas que privilegiam o grupo majoritário da população, considerando que os eleitores optam por candidatos que priorizam suas preferências de acordo com o conceito do eleitor mediano (Downs, 1957). Assim, Dias et al. (2018) em sua investigação nos municípios do Espírito Santo constataram que os investimentos públicos com gastos de capital impactam nas chances de sua reeleição, na premissa que os prefeitos atendem às expectativas dos eleitores.

A proposta de Hibbs (1977) com o modelo de Ciclos de Negócios Políticos Partidários sugere que as práticas políticas não refletem apenas busca oportunista por votos, mas também as convicções ideológicas de cada partido. Na competição política, partidos de direita e esquerda adotam abordagens distintas em suas políticas econômicas durante períodos eleitorais, sendo que partidos de esquerda geralmente priorizam políticas expansionistas com maior intervenção estatal e redistribuição de

renda, mesmo que isso resulte em inflação mais elevada, contrapondo partidos de direita que buscam manter a inflação controlada e reduzir o desemprego por meio de uma gestão econômica mais conservadora e menor intervenção pública (Bartoluzzo & Anjos, 2020).

A influência das características pessoais dos candidatos na mobilização eleitoral aponta para uma dimensão importante da personalização na política, em que atributos específicos, como competência é mais relevante para candidatos de partidos de centro-esquerda e o caráter é um mobilizador entre candidatos conservadores (Segeberg, 2024). Em países onde os eleitores possuem um nível educacional mais elevado e acesso à informação, as tentativas de manipulação fiscal para ganhos eleitorais são menos eficazes, uma vez que eleitores bem-informados conseguem distinguir entre políticas sustentáveis e ações meramente eleitoreiras (Crombach & Bohn, 2024).

Pesquisa realizada com amostra dos governos locais gregos e italianos sobre a relação de *accruals* discricionários relacionados com diversas variáveis políticas, identificou que o cenário municipal antecedente às eleições é favorável a gestão de resultados e que políticos no segundo ano de mandato tendem a gerenciar mais resultados do que seu primeiro ano (Cohen et al., 2019).

Nesta mesma ótica, Lautenschlage (2022) observou um aumento nos gastos em categorias de maior visibilidade, como habitação, assistência social, esportes e lazer, comportamento que sugere uma manipulação oportunista dos recursos públicos, dado que tais despesas, mais perceptíveis ao eleitorado, são estrategicamente incrementadas antes do período eleitoral com o objetivo de influenciar a opinião pública e melhorar as chances de reeleição dos governantes.

Além disso, as condições econômicas, tanto em âmbito local quanto nacional, têm um papel fundamental nas chances de reeleição dos gestores públicos, pois refletem diretamente na qualidade de vida da população, ou seja, quando a economia está em crescimento e apresenta estabilidade, os eleitores tendem a ver a continuidade da gestão como vantajosa, frequentemente atribuindo ao gestor em exercício o mérito por esse cenário positivo, em contraste, em momentos de crise econômica ou alta inflação, a popularidade dos gestores tende a cair, pois a população frequentemente os responsabilizam pelas dificuldades econômicas enfrentadas (Benedictis-Kessner & Warshaw, 2020).

Diante das abordagens anteriores, sobre a relação do aumento ou diminuição da inscrição de restos a pagar nos períodos eleitorais foi desenvolvida a seguinte hipótese:

H2: O aumento da inscrição dos restos a pagar aumenta a probabilidade de reeleição.

2.2. RESTOS A PAGAR E SUSTENTABILIDADE FISCAL

A capacidade de um governo manter suas finanças públicas equilibradas ao longo do tempo, garantindo que a dívida pública permaneça gerenciável, assegurando o financiamento das necessidades futuras e evitando déficits excessivos é conhecida como sustentabilidade fiscal (Baksay & Kiss, 2023). Para isso, é importante implementar políticas fiscais robustas e regras orçamentárias eficazes que promovam a responsabilidade, a transparência e a estabilização da trajetória da dívida, assegurando a viabilidade econômica a longo prazo (Onofrei et al., 2020).

A gestão dos recursos financeiros, obtidos por meio da arrecadação de tributos e da emissão de dívida pública, é fundamental para a implementação das políticas públicas que atendam às demandas da sociedade e promovam o bem-estar comum (Fan et al., 2020). Para atingir esses objetivos, o gestor deve buscar o equilíbrio nas contas públicas a fim de evitar crises econômicas e sociais, assegurando a prestação de serviços públicos de qualidade e a manutenção da estabilidade econômica (Ribeiro et al., 2024).

Grande parte das atividades municipais é financiada por transferências intergovernamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de outras transferências estaduais e federais (Louzano et al., 2023). A capacidade de arrecadação própria, por meio de impostos, é geralmente limitada, levando muitas administrações a recorrerem a operações de crédito para complementar seus recursos (Louzano et al., 2020). No entanto, quando há falta de controle sobre essas operações, o endividamento excessivo pode comprometer a capacidade do governo de investir em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, pois uma parte significativa do orçamento é direcionada para o pagamento de juros e à amortização das dívidas (Fattorelli et al., 2021).

Medidas de limitação para eventuais irregularidades no âmbito público principalmente em épocas consideradas mais propícias a serem desenvolvidas (último ano do mandato) estão dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como controle com gastos de pessoal e endividamento e regras para execução orçamentária e fiscal (Johanson, 2016). Embora a aplicabilidade da lei de responsabilidade fiscal seja um instrumento de gestão da dívida e redução dos gastos operacionais a prevalência da Emenda da Reeleição ancorada na teoria dos ciclos

políticos propicia manipulações oportunistas durante o período eleitoral, da qual as despesas correntes aumentam significativamente nessa época (Nakaguma & Bender, 2006).

Campos et al. (2023) destacam a importância de uma gestão criteriosa para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que sua aplicação contribui significativamente para a redução da insuficiência financeira e do endividamento público, ao mesmo tempo em que promove o planejamento eficaz na gestão pública, estabelecendo procedimentos claros para a execução das despesas e reforçando a transparência, o controle e a responsabilização dos gestores.

A participação cidadã influencia o processo político, criando eixos que conectam a colaboração entre governos, sociedade civil e setor empresarial, fortalecendo tanto a qualidade da governança quanto o desenvolvimento fiscal (Cigu et al., 2022). Além disso, os tribunais de contas, em sua função administrativa monitoram a gestão pública para garantir o cumprimento das normas fiscais, aplicando medidas corretivas, como multas e responsabilizando os gestores que infringem as leis, de acordo com suas competências discricionárias, da qual sua atuação é estritamente limitada pelo ordenamento jurídico (Cabral, 2020).

As diferentes interpretações promovidas pelos tribunais de contas resultaram em assimetrias no cumprimento da LRF, os julgamentos são realizados pela autonomia das instituições e pela ausência de padronização (Nunes et al., 2019). Segundo Cabral (2020), essa variação é acentuada por influências políticas, que podem afetar as decisões do Tribunal de Contas da União em momentos críticos, como na análise das contas de governo, particularmente quando envolvem figuras políticas de maior relevância.

A pesquisa de Martins et al. (2021) demonstrou que a inscrição de restos a pagar exerce influência negativa sobre os resultados financeiros dos municípios, sugerindo que esse tipo de despesa, ao representar compromissos postergados, compromete a saúde financeira municipal e afeta sua capacidade de equilíbrio orçamentário. Diante do aumento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto, os indicadores fiscais do Egito sinalizam a necessidade de ajustes estruturais no saldo primário. No entanto, a busca por esse ajuste deve ser conciliada com a manutenção do crescimento econômico com a aplicação de políticas fiscais menos restritivas, que permitam alcançar o equilíbrio fiscal (AL Sayed et al., 2020).

Para Silva (2022) os efeitos do comprometimento da sustentabilidade fiscal incluem a adoção de políticas de austeridade que, ao reduzir significativamente os investimentos em educação, diminuem a capacidade do governo de atender às demandas sociais, assim, a austeridade, embora voltada à estabilização econômica, muitas vezes resulta em cortes profundos em áreas essenciais, como a educação, impactando negativamente o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Entre os fatores que influenciam no endividamento encontram-se gastos com investimentos, despesas de caráter social, pessoal e variáveis políticas (Linhares et al., 2013). Quando a sustentabilidade fiscal é negligenciada, os governos locais enfrentam dificuldades significativas em financiar serviços essenciais, o que pode levar a cortes orçamentários, à deterioração das condições de vida da população, como o aumento do desemprego e impactos negativos no desenvolvimento econômico, além de enfrentar desafios para honrar suas obrigações financeiras,

resultando no aumento das taxas de juros e na redução da capacidade de pagamento (Gwóźdz & Kołodziej, 2024).

2.1.1. Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fundamental da saúde fiscal de um governo, refletindo a diferença entre as receitas e despesas correntes, excluindo o pagamento de juros da dívida, esse indicador é essencial para avaliar a capacidade do governo de gerar superávits ou déficits antes dos encargos financeiros, ajudando a medir o esforço fiscal necessário para manter a sustentabilidade fiscal a longo prazo (Brasil, 2023).

A literatura sugere que observando a longo prazo existe uma conexão entre o resultado primário e a dívida líquida dos estados, indicando que essas variáveis tendem a manter um equilíbrio ao longo do tempo, assim em outras palavras, mesmo com flutuações ocasionais, o resultado primário e a dívida líquida geralmente se ajustam reciprocamente, evidenciando um esforço contínuo dos Estados para assegurar a sustentabilidade de suas finanças (Caldeira et al., 2016). Segundo esses autores, as políticas fiscais adotadas pelos estados frequentemente ajustam o resultado primário em resposta ao crescimento da dívida, demonstrando um compromisso em preservar o equilíbrio fiscal.

A eficiência fiscal é frequentemente avaliada pela capacidade do governo de manter um resultado primário positivo, refletindo a habilidade de gerar receitas suficientes para cobrir suas despesas sem precisar recorrer a endividamento adicional, o cumprimento da meta do resultado primário pelos estados brasileiros tem

sido influenciado por diversos fatores, incluindo características sociais, dados contábeis e perfil dos gestores (Lima et al., 2024).

A inscrição de restos a pagar, tanto processados quanto não processados, exerce impacto adverso relevante sobre o resultado primário dos municípios, pois essa prática, de postergar despesas para exercícios futuros, aumenta a propensão ao déficit primário, o que sinaliza problemas fiscais, como a incapacidade de financiar políticas públicas e a necessidade de ajustes orçamentários para evitar o crescimento insustentável da dívida pública (Ribeiro et al., 2022).

2.1.2. Resultado Nominal

O resultado nominal reflete o impacto de todas as operações fiscais e financeiras na dívida pública consolidada, demonstrando a capacidade de um governo em honrar tanto seus compromissos financeiros correntes quanto seus encargos de dívida, sendo um indicador que mede a diferença entre as receitas totais e as despesas totais do setor público, incluindo o pagamento de juros da dívida (Brasil, 2023).

Devido à sua importância, o cálculo do resultado nominal torna-se fundamental para avaliar o endividamento público e verificar a compatibilidade da política fiscal com a sustentabilidade a longo prazo e para garantir essa saúde financeira (Costa et al., 2017). A LRF exige o cumprimento das metas de resultado nominal, contudo, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para alcançá-las, o que evidencia a complexidade da gestão da dívida pública municipal e a necessidade de aprimorar as políticas de controle orçamentário (Costa et al., 2017).

Nesse contexto, o monitoramento do resultado nominal permite ao governo, em cenários de déficit fiscal, ajustar sua política fiscal para evitar que o endividamento público alcance níveis insustentáveis que comprometam sua capacidade de pagamento, sendo que o resultado nominal consistentemente negativo pode exigir medidas de austeridade, como cortes de despesas ou aumento de receitas tributárias, contudo, essas medidas frequentemente se distanciam das demandas populares (Costa et al., 2020).

Dessa forma, com base em pesquisas anteriores que discutem o comprometimento da saúde financeira das gestões futuras devido à manipulação dos restos a pagar, a qual é definida como uma estratégia utilizada pelos gestores para garantir a popularidade e a reeleição, foi desenvolvida a seguinte hipótese alternativa:

H3: Em períodos eleitorais, o uso de restos a pagar compromete a sustentabilidade fiscal.

Capítulo 3

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente seção descreve a metodologia empregada para a análise das hipóteses relacionadas ao uso de restos a pagar e sua relação com a reeleição de prefeitos e a sustentabilidade fiscal em municípios brasileiros entre 2015 e 2023. Para testar as hipóteses formuladas, o estudo adotou uma abordagem descritiva de natureza quantitativa, utilizando um modelo indutivo de regressão linear múltipla aplicado a dados em painel. Essa metodologia foi estruturada em dois tópicos principais: coleta e tratamento de dados e modelo de análise.

3.1. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A amostra deste estudo é composta por municípios brasileiros no período de 2015 a 2023, abrangendo dois ciclos políticos e totalizando 37.004 observações sobre a inscrição de restos a pagar. A TABELA 1 apresenta a distribuição dessas observações, diferenciando entre anos de eleição e não eleição. Inicialmente, a amostra contava com 49.300 observações, das quais 10.951 eram referentes a anos eleitorais e 38.349 a anos não eleitorais. Após o tratamento dos dados, que incluiu a exclusão de observações com dados ausentes 11.169 casos e a remoção de *outliers* 1.127 casos foi realizada utilizando o método de padronização normal, considerando valores acima de 3 e abaixo de -3 desvios padrão, aplicados às variáveis de inscrição de restos a pagar a amostra final foi reduzida a 37.004 observações, sendo 8.063 referentes a anos de eleição e 28.941 a anos não eleitorais.

TABELA 1: NÚMERO DE OBSERVAÇÕES

Descrição	Eleição	Não Eleição	Total
Amostral Inicial	10.951	38.349	49.300
<i>Missing (-)</i>	2.782	8.387	11.169
<i>Outlier (-)</i>	106	1.021	1.127
Amostral Final	8.063	28.941	37.004

Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta de dados foi realizada pela internet no período de agosto a setembro de 2024 no site do SICONFI, por meio de consulta no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, especificamente o Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal e na Declaração das Contas Anuais – DCA, Anexo I-D Balanço Orçamentário – Despesas Orçamentárias.

A partir dos dados do Anexo I-D Balanço Orçamentário – Despesas Orçamentárias, foram coletadas informações sobre a inscrição anual dos restos a pagar. Essa base de dados compreende tanto os restos a pagar processados, relativos a serviços ou bens já entregues, quanto os não processados, ainda em fase de execução. A análise desses dados permite identificar padrões e tendências na evolução das obrigações financeiras dos municípios, com destaque para as variações em períodos eleitorais e sua relação com a performance fiscal (Araújo et al., 2023).

A sustentabilidade fiscal foi avaliada por meio de indicadores como resultado primário e resultado nominal, ambos disponíveis no anexo 6 que fornece dados essenciais sobre as operações do setor público. Primeiramente, será coletado o resultado primário, encontrado na linha específica que subtrai as despesas primárias das receitas primárias. Este valor é essencial para avaliar a capacidade do município de gerar superávits, que são fundamentais para a manutenção da sustentabilidade financeira a longo prazo (Caldeira et al., 2016). Seguidamente será apurado o resultado nominal, que inclui o resultado primário ajustado pelos juros da dívida,

proporcionando uma visão completa da sustentabilidade fiscal ao considerar tanto as operações correntes quanto os encargos da dívida (Cassimiro et al., 2021).

Quanto aos dados eleitorais, foram obtidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fornecem informações sobre os candidatos a legislatura como a elegibilidade e os resultados das eleições e reeleições municipais. Relativo as variáveis de controle socioeconômicas foram obtidas pelas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e (TSE). A TABELA 2 resume todas as variáveis do estudo, oferecendo uma visão geral detalhada das variáveis dependentes, independentes e de controle utilizadas na análise.

TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Painel A – Variáveis Dependentes		
Variáveis	Definição	Referência
MINSC	Montante de Inscrição de Restos a Pagar (Contas Contábeis 6.3.1.7.0.00+ 6.3.2.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
RPNP	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (Conta Contábil 6.3.1.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
RPP	Inscrição de Restos a Pagar Processados (Conta Contábil 6.3.2.7.0.00)	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
DREELEICÃO	Probabilidade de reeleição do prefeito (<i>Dummy</i> : 1 (reeleito), 0 (não reeleito))	Dias et al. (2018); Gonçalves et al. (2017); Li e Feiock (2020); Crombach e Bohn (2024)
RPRI	Indicadores de sustentabilidade fiscal (Receitas Primárias - Despesas Primárias)	Costa et al. (2017); Caldeira et al. (2016); Lima et al. (2024); Ribeiro et al. (2022) Gobertti e Orair (2017); Carvalho e Piscitelli (2014)
RNOM	Indicadores de sustentabilidade fiscal (Resultado Primário - Pagamento de Juros)	Costa et al (2017); Caldeira et al. (2016);
Painel B – Variáveis Independentes		
Variáveis	Definição	Referência
DELEICAO	Indicador de ano eleitoral: (<i>Dummy</i> : 1 (eleitoral), 0 (não eleitoral))	Coelho (2004); Santos et al. (2021); Li e Feiock (2020); Crombach e Bohn (2024)
Δ RPNP	Variação nos Restos a Pagar Não Processados	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
Δ RPP	Variação nos Restos a Pagar Processados	Almeida et al. (2018); Araújo et al. (2023); Carvalho e Piscitelli (2014); Ribeiro et al. (2022)
Painel C – Variáveis de Controle		

Variáveis	Definição	Referência
PIBPERC	PIB per capita do município	Buendía-Carrillo et al. (2020); Almeida et al. (2018)
POP	Número de habitantes do município	Buendía-Carrillo et al. (2020); Almeida et al. (2018)
IDADEPREF	Idade em anos do Prefeito	Buendía-Carrillo et al. (2020); Rotta et al. (2023)
DCENTRO	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Centro), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)
DDIREITA	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Direita), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)
DESQUERDA	Partidos Políticos (<i>Dummy</i> : 1 (Esquerda), 0 (Caso contrário))	Bolognesi et al. (2023)

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2. MODELO DE ANÁLISE

Nesta seção, detalha-se o modelo utilizado para testar as hipóteses formuladas sobre o uso de restos a pagar em períodos eleitorais a probabilidade de reeleição dos prefeitos e relação dos restos a pagar com a sustentabilidade fiscal. O estudo adotou um modelo de regressão linear múltipla com dados em painel, permitindo investigar as relações entre as variáveis de interesse. Esse método foi escolhido pela sua adequação à natureza longitudinal dos dados, captando variações ao longo do tempo entre os municípios analisados.

A primeira hipótese sugere que os prefeitos reduzem a inscrição dos restos a pagar durante os períodos eleitorais. Para testar essa hipótese, a seguinte especificação econométrica foi utilizada:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 DELEIÇÃO_{it} + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Esse modelo de regressão linear com dados em painel utilizou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), onde a variável dependente Y foi analisada em três formas distintas: o montante de inscrição de restos a pagar (MINSC), restos a pagar processados (RPP) e restos a pagar não processados (RPNP). As análises foram realizadas em duas amostras principais: prefeitos em

primeiro mandato que concorriam à reeleição e prefeitos em segundo mandato. Os resultados foram segmentados em quatro grupos: amostra total, primeira eleição, segunda eleição e não reeleição.

A variável dependente Y_{it} representa o montante o total de restos a pagar inscritos (MINSC), restos a pagar processados (RPP) e restos a pagar não processados (RPNP) pelo município i no período t . Esta variável permite medir as práticas de gestão orçamentária, potencialmente influenciadas por incentivos políticos durante períodos eleitorais (Carvalho & Piscitelli, 2014).

A variável independente que pode influenciar a inscrição dos restos a pagar compreende $DELEICAO_{it}$ aferida por uma *Dummy* que assume valor 1 se o período t é um ano eleitoral no município i , e 0 caso contrário. Espera-se que o coeficiente β_1 associado à variável $DELEICAO_{it}$ seja negativo e estatisticamente significativo, indicando uma redução na inscrição dos restos a pagar em anos eleitorais (Santos et al., 2021).

O segundo modelo de análise busca testar a hipótese H2: O aumento da inscrição dos restos a pagar aumenta a probabilidade de reeleição. Para avaliar essa relação, foi utilizada a seguinte especificação econométrica a seguir, baseada no método *logit* uma modelagem que avalia variáveis categóricas binárias, como a reeleição:

$$DREELEICAO_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta RPP_{it} + \beta_2 \Delta RPNP_{it} + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Neste modelo, a variável dependente $DREELEICAO_{it}$ representa a probabilidade de um prefeito no município i ser reeleito no período t . A reeleição é uma variável binária, onde 1 indica que o prefeito foi reeleito, e 0 indica que ele não

foi reeleito. Este modelo permitirá avaliar se um aumento nos restos a pagar está associado a uma maior probabilidade de reeleição.

As variáveis independentes de interesse, ΔRPP_{it} e $\Delta RPNP_{it}$, mede a variação da inscrição dos Restos a Pagar Processados (RPP) e Restos a Pagar Não Processados (RPNP) pelo município i no tempo t em relação ao tempo anterior. Espera-se que o coeficiente β_1 e β_2 seja positivo, o que indicaria que um aumento nos restos a pagar está associado a uma maior probabilidade de reeleição do prefeito. A lógica por trás dessa expectativa é que o uso de restos a pagar pode ser uma estratégia de gerenciamento de resultados, onde os prefeitos aumentam despesas sem comprometer imediatamente a percepção de solvência fiscal, visando conquistar o apoio dos eleitores (Ribeiro et al., 2024).

A terceira etapa da análise empírica visa testar a hipótese de que o uso de restos a pagar se intensifica em períodos eleitorais, comprometendo a sustentabilidade fiscal. Para tanto, utilizaremos a especificação econométrica a seguir, estimada pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$SF_{it} = \beta_0 + \beta_1 DELEICAO_{it} + \beta_2 RPP_{it} + \beta_3 RPNP_{it} + \beta_4 (DELEICAO_{it} \cdot RPP_{it}) \\ + \beta_5 (DELEICAO_{it} \cdot RPNP_{it}) + Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Neste modelo, a variável dependente SF_{it} representa a medida de Sustentabilidade Fiscal do município i no período t , capturada pelos indicadores de resultado primário (RPRI) e resultado nominal (RNOM). O resultado primário é a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, excluindo o pagamento de juros, e serve como uma medida de desempenho fiscal que reflete a capacidade da dívida do governo em gerar superávits antes do pagamento dos juros (Lima et al., 2024). Por outro lado, o resultado nominal inclui todas as receitas e despesas,

contemplando também o pagamento de juros e variações da dívida, e oferece uma visão mais abrangente da situação fiscal geral do município (Costa et al., 2017).

A variável independente $DELEICAO_{it}$ é uma variável *dummy* que assume o valor 1 nos anos eleitorais e 0 nos demais anos. A expectativa é que em anos eleitorais, os prefeitos possam adotar políticas fiscais mais expansivas ou menos responsáveis, o que poderia afetar negativamente a sustentabilidade fiscal (Li & Feiock, 2020).

As variáveis RPP_{it} e $RPNP_{it}$ captam o montante de restos a pagar inscritos pelo município i no período t . Essas variáveis são importantes para entender se o acúmulo de compromissos financeiros não pagos compromete a sustentabilidade fiscal.

Os termos de interação $DELEICAO_{it} \cdot RPP_{it}$ e $DELEICAO_{it} \cdot RPNP_{it}$ são elementos centrais desta análise, pois captam o efeito combinado do período eleitoral e do uso dos restos a pagar sobre a sustentabilidade fiscal. Os coeficientes β_4 e β_5 associados a essa interação são o foco principal da hipótese. Espera-se que esses coeficientes sejam negativos, indicando que em períodos eleitorais, o uso intensificado dos restos a pagar compromete de maneira mais significativa a sustentabilidade fiscal do que em períodos não eleitorais (Araújo et al., 2023).

Para dar suporte às variáveis de controle, foram incluídas nas três equações a população, a idade dos prefeitos e o PIB do município, conforme Buendía-Carrillo et al., (2020). A variável população controla o impacto do porte do município, uma vez que municípios mais populosos tendem a ter maiores demandas de serviços públicos e, conseqüentemente, diferentes padrões de gestão. A idade do prefeito é incluída para capturar possíveis variações de comportamento gerencial e político associadas à experiência e ao ciclo de vida do gestor, podendo influenciar suas decisões

orçamentárias. Já o PIB do município serve para controlar o nível de atividade econômica local, refletindo a capacidade de geração de receitas e a robustez financeira do município, o que pode afetar a gestão de restos a pagar.

No segundo modelo, utilizado para testar a Hipótese 2 (H2), foi incorporada uma variável de controle referente à ideologia dos partidos políticos. A classificação seguiu Bolognesi et al. (2023), que utiliza a metodologia *expert surveys* e a análise de programas eleitorais, os partidos foram agrupados em três categorias: 'Esquerda', englobando partidos de esquerda e extrema-esquerda; 'Centro', que inclui partidos de centro-esquerda, centro e centro-direita; e 'Direita', composta por partidos de direita e extrema-direita. Essa variável foi incluída com o objetivo de controlar eventuais diferenças ideológicas no padrão de gestão fiscal, considerando que diferentes orientações políticas podem influenciar a forma como os gestores estruturam seus gastos e lidam com os restos a pagar. Dessa forma, sua presença no modelo contribuiu para isolar o efeito das variáveis principais, evitando que eventuais diferenças ideológicas distorçam a análise da relação entre a variação dos restos a pagar e a chance de reeleição.

Além disso, foi incorporado o controle do efeito fixo por ano, garantindo que as análises considerem variações temporais que possam impactar as variáveis fiscais e eleitorais, reduzindo potenciais vieses associados a mudanças macroeconômicas e conjunturais ao longo do período estudado.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas no *Excel*® e tratados no *software Stata*® 18.0, o que facilitou a análise e a manipulação das informações. O tratamento dos dados incluiu a verificação de inconsistências e a exclusão de *outliers*, assegurando a robustez dos resultados. Para garantir que os

modelos logístico e linear atendessem aos pressupostos necessários, aplicou-se o método de robustez, ajustando as estimativas para controlar potenciais problemas de heterocedasticidade (Greene, 2008;Wooldridge, 2010). Esse ajuste é essencial para assegurar a precisão das inferências, evitando que a presença de heterocedasticidade comprometa a validade dos resultados.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados e discute os resultados obtidos a partir dos testes econométricos realizados. A seção está dividida em três partes principais: estatística descritiva dos dados, análise de correlação e resultados das regressões, sendo cada uma delas estruturada de acordo com os objetivos específicos da pesquisa.

Para atender a esse objetivo, foram aplicados modelos econométricos de regressão linear pelos métodos dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e *logit* com dados em painel, possibilitando a análise das interações entre variáveis dependentes e independentes. O modelo de regressão linear múltipla foi utilizado para avaliar os restos a pagar e a sustentabilidade fiscal, enquanto o modelo *logit* foi empregado para analisar as probabilidades de reeleição dos prefeitos em função dos restos a pagar. As variáveis dependentes escolhidas, como o montante de restos a pagar, o resultado primário e o resultado nominal, foram selecionadas para medir as práticas de gestão orçamentária e o impacto fiscal, enquanto a variável *dummy* de reeleição auxiliou na análise da influência desse comportamento na continuidade dos mandatos.

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A análise dos dados iniciou-se com a estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo. A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas para as principais variáveis, destacando a variação e distribuição dos restos a pagar e outros indicadores fiscais e eleitorais entre os municípios analisados. Observa-se que a

variável Montante de Inscrição de Restos a Pagar apresenta uma média de 238,63 por habitante, com um desvio padrão significativo de 205,11, indicando alta dispersão que reflete as diferenças nos compromissos das obrigações financeiras per capita entre os municípios. O valor máximo registrado para esta variável, de 1.550,59, mostra que alguns municípios acumulam quantias elevadas em restos a pagar, enquanto o valor mínimo é zero, sugerindo que alguns locais não utilizam essa prática.

A variável Restos a Pagar Processados tem média de 110,17 e desvio padrão de 103,55, demonstrando uma distribuição ampla, possivelmente associada a diferenças no porte e na gestão fiscal dos municípios. A Variação nos Restos a Pagar Processados - Δ RPP exibe uma média de 4,11 e desvio padrão de 102,21, indicando flutuações consideráveis, com valores variando de -2.854,60 até um máximo de 514,91 por habitante. Isso sugere ajustes significativos nos compromissos financeiros processados ao longo dos períodos.

A Inscrição de Restos a Pagar Não Processados possui uma média mais elevada de 128,46 por habitante, apontando para uma prática de postergar despesas ainda em execução, com desvio padrão de 174,68 que indica variação expressiva entre os municípios. A Variação dos Restos a Pagar Não Processados, com média de 9,53 e desvio padrão de 188,07, exibe uma amplitude que vai de -5.001,91 a 1.026,02, demonstrando flutuações anuais marcantes.

Quanto aos indicadores de sustentabilidade fiscal por habitante, o Resultado Primário - RPRI e o Resultado Nominal - RNOM apresentam médias de 162,64 e 163,90, respectivamente, com elevados desvios padrão de 513,08 e 552,53, evidenciando resultados fiscais bastante variáveis entre os municípios. Essa ampla

variação reflete condições fiscais distintas, desde superávits substanciais até situações de endividamento crítico.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Variável	n	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 50	Máximo
MINSC	37004	238,63	205,11	0,00	93,51	184,54	322,47	1.550,59
RPP	37004	110,17	103,55	0,00	31,17	79,60	159,30	525,05
ΔRPP	28244	4,11	102,21	-2.854,60	-34,90	2,38	45,05	514,91
RPNP	37004	128,46	174,68	0,00	12,35	62,30	171,23	1.087,88
ΔRPNP	28244	9,53	188,07	-5.001,91	-30,35	1,68	56,03	1.026,02
RPRI	37004	162,64	513,08	-8.555,25	-47,62	95,26	300,78	9.313,54
RNOM	37004	163,90	552,53	-8.366,42	-58,42	76,77	314,46	9.669,63
DELEICAO	37004	0,22	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
DREELEICAO	37004	0,28	0,45	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
PIBPERC	37004	26.664	25.874	3.290	11.097	19.660	33.015	457.518
POP	37004	42.354	246.074	771	5.865	12.496	27.315	12.400.000
IDADEPREF	36999	49,56	10,78	21,00	42,00	50,00	57,00	95,00
DCENTRO	37004	0,65	0,48	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
DDIREITA	37004	0,29	0,45	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
DESQUERDA	37004	0,06	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal por habitante; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados por habitante; ΔRPP – Variação nos Restos a Pagar Processados por habitante, Refere-se à variação nos restos a pagar já processados por habitante; RPNP – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados por habitante; ΔRPNP - Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados por habitante; RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias por habitante; RNOM – Resultado Nominal por habitante, indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reeleição do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DCENTRO – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário. Fonte: Elaborado pela autora.

As variáveis de contexto político, Ano Eleitoral e Probabilidade de Reeleição, possuem médias de 0,22 e 0,28, respectivamente, indicando que anos eleitorais e reeleições ocorreram em menos de um terço dos casos, abrangendo tanto períodos eleitorais quanto não eleitorais. Em termos de controle socioeconômico, o PIB per capita - PIBPERC dos municípios possui média de 26.664 mas também mostra grande variação, refletindo desigualdades econômicas entre as regiões. A População média

dos municípios é de 42.354 habitantes, com ampla variação, destacando a diversidade de tamanhos das localidades analisadas.

No que tange, a Idade Média dos Prefeitos é de aproximadamente 49,56 anos, com desvio padrão de 10,78. Isso indica que, embora a maioria dos prefeitos esteja na faixa dos 40 a 50 anos, percebe-se uma diversidade significativa no perfil etário dos gestores municipais, sendo que a maioria dos gestores está em uma fase intermediária de suas carreiras, o que pode influenciar suas estratégias de gestão e decisões políticas. Por fim, a variáveis *dummys* que representam a ideologia do partido dos prefeitos apresenta a seguinte distribuição: 65% estão associados a partidos classificados como Centro, 29% pertencem a partidos de Direita e 6% a partidos de Esquerda.

A análise descritiva destaca um perfil diversificado do universo amostral, com variações significativas nas práticas fiscais, socioeconômicas e políticas entre os municípios. Essa heterogeneidade permite explorar como as diferenças em PIB per capita, população e resultados fiscais influenciam os contextos eleitorais e de reeleição. A seguir, a matriz de correlação investigará os vínculos entre restos a pagar, indicadores fiscais e variáveis políticas, aprofundando a compreensão dessas relações.

4.2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO

O coeficiente de correlação é uma medida estatística que indica a força e a direção da relação linear entre duas variáveis, variando entre -1 e 1. Em relação à magnitude, correlações entre 0,10 e 0,30 são consideradas fracas, entre 0,30 e 0,50 são moderadas e acima de 0,50 são fortes (Hair et al., 2010; Gujarati & Porter, 2011).

É importante destacar que essas correlações indicam apenas o grau de relação entre pares de variáveis, não sendo evidência conclusiva das hipóteses propostas.

Na matriz de correlação, os coeficientes destacados em fundo cinza permitem observar associações preliminares entre as variáveis do estudo, especialmente no que diz respeito aos restos a pagar, sustentabilidade fiscal e contexto eleitoral. A variável indicadora de ano eleitoral, DELEICAO, apresenta correlações negativas com o Montante de Inscrição de Restos a Pagar (MINSC), Restos a Pagar Processados (RPP) e Restos a Pagar Não Processados (RPNP), sugerindo uma possível tendência de redução na inscrição desses restos durante anos eleitorais. Isso pode indicar que os gestores adotam estratégias para diminuir o acúmulo de compromissos fiscais nesse período.

Em relação à sustentabilidade fiscal, observa-se que o MINSC apresenta correlação positiva com o Resultado Nominal (RNOM), embora de forma fraca, sugerindo um possível impacto temporário do uso de restos a pagar nos indicadores fiscais. O Resultado Primário (RPRI) e o Resultado Nominal (RNOM) apresentam entre si uma correlação forte, refletindo a interdependência esperada entre os dois indicadores. Além disso, observa-se correlação moderada entre ΔRPP e RPP, bem como entre $\Delta RPNP$ e RPNP, o que evidencia que a variação nas obrigações tende a acompanhar seus respectivos volumes.

TABELA 4: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

Variável	MINSC	RPP	ΔRPP	RPNP	ΔRPNP	RPRI	RNOM	DELEICAO	DREELEICAO	PIBPERC	POP	IDADEPREF	DESQUERDA	DCENTRO	DDIREITA
MINSC	1,00														
RPP	0,52	1,00													
ΔRPP	0,27	0,45	1,00												
RPNP	0,86	0,02	0,06	1,00											
ΔRPNP	0,34	0,01	0,06	0,39	1,00										
RPRI	0,10	-0,03	0,01	0,13	0,16	1,00									
RNOM	0,18	0,00	0,06	0,21	0,18	0,70	1,00								
DELEICAO	-0,17	-0,15	-0,22	-0,12	-0,09	-0,03	-0,11	1,00							
DREELEICAO	0,05	0,02	0,02	0,04	0,00	0,02	0,02	0,05	1,00						
PIBPERC	0,27	-0,02	0,00	0,32	0,02	0,15	0,17	-0,03	0,05	1,00					
POP	0,03	0,01	0,00	0,03	0,01	-0,02	-0,02	0,00	0,00	0,06	1,00				
IDADEPREF	0,01	-0,04	-0,01	0,03	0,01	0,00	0,01	0,01	0,06	0,07	0,03	1,00			
DCENTRO	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	0,04	1,00		
DDIREITA	0,01	-0,02	0,00	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,00	0,02	-0,02	-0,03	-0,87	1,00	
DESQUERDA	-0,04	0,01	0,00	-0,05	-0,01	-0,03	-0,03	-0,02	0,00	-0,07	0,00	-0,03	-0,34	-0,16	1,00

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; ΔRPP – Variação nos Restos a Pagar Processados: Refere-se à variação nos restos a pagar já processados; RPNP – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; ΔRPNP - Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados.; RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias; RNOM – Resultado Nominal: Outro indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reeleição do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DCENTRO – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário; e Coeficientes com fundo de cinza foram significativos até ao nível de 10%.

Fonte: Elaborado pela autora.

Merece destaque a correlação forte entre o montante de restos a pagar (MINSC) e os restos não processados (RPNP), indicando que a maior parte dos restos se concentra na categoria ainda em execução. Também se observa correlação forte entre MINSC e RPP, sugerindo que ambos os tipos de restos contribuem significativamente para o total. No entanto, os Restos a Pagar Processados (RPP) apresentam correlação fraca e negativa com o Resultado Primário (RPRI), contrariando a expectativa de que estejam associados a uma melhor situação fiscal.

No campo político, a correlação negativa expressiva entre os partidos de esquerda (DESQUERDA) e de direita (DDIREITA) confirma a polarização ideológica. A variável DCENTRO apresenta correlação próxima de zero com os restos a pagar e a sustentabilidade fiscal, indicando um comportamento mais homogêneo dessa ideologia em relação à gestão. Por sua vez, DESQUERDA apresenta correlações negativas com MINSC e RPNP, sugerindo uma possível priorização da execução orçamentária dentro do próprio exercício.

Essa análise preliminar das correlações oferece uma base para compreender as relações entre pares de variáveis relacionadas aos restos a pagar, sustentabilidade fiscal e contexto eleitoral, mas sem possibilitar inferências definitivas sobre as hipóteses de pesquisa elencadas. Para isso, é necessário o aprofundamento nos modelos econométricos, que permitirão examinar com maior precisão a influência conjunta das variáveis e o comportamento fiscal dos gestores municipais em diferentes cenários políticos e eleitorais.

4.3. RESULTADOS DAS REGRESSÕES

As próximas subseções apresentam a análise econométrica realizada para examinar as relações entre restos a pagar, sustentabilidade fiscal e comportamento eleitoral dos gestores municipais. Cada subseção aborda um aspecto específico: a primeira explora o impacto dos períodos eleitorais sobre a redução da inscrição dos restos a pagar; a segunda analisa a influência dos períodos eleitorais sobre o uso dos restos a pagar; e a terceira investiga o efeito do uso de restos a pagar na sustentabilidade fiscal em períodos eleitorais. Para alcançar esses objetivos, foram utilizados modelos de regressão linear e logística, ambos aplicados com erros padrão robustos, que ajustam as estimativas para lidar com a presença de heterocedasticidade. Esse ajuste torna os coeficientes estimados mais confiáveis ao corrigir potenciais distorções causadas pela variabilidade não constante dos erros, proporcionando resultados mais robustos e consistentes para interpretação. Além disso, aplicou-se a transformação Logaritmo Neperiano (LN) nas variáveis PIB per capita e população para reduzir a assimetria e melhorar a interpretação dos coeficientes no modelo econométrico.

4.3.1. Inscrição de Restos a Pagar

Nesta subseção, são apresentados os resultados das regressões que examinam a influência das variáveis eleitorais e socioeconômicas na inscrição dos restos a pagar. As TABELAS 5 e 6 mostram os coeficientes estimados para diferentes períodos eleitorais, com variáveis de controle como desenvolvimento econômico, população e perfil dos prefeitos.

Com base na TABELAS 5, são apresentados os resultados das regressões que analisam a influência das variáveis eleitorais e socioeconômicas na inscrição dos restos a pagar em diferentes grupos. Essa tabela examina o Montante de Restos a Pagar, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados em períodos eleitorais atuais (t) e no ano anterior (t-1), segmentando os resultados em quatro grupos de amostra: total, segunda eleição, não reeleição e primeira eleição.

TABELA 5 - ESTIMATIVAS DOS MODELOS PROPOSTOS PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – DUMMYS ELEIÇÃO EM t e t-1.

Variável Independente	Variável Dependente											
	Montante de Restos a Pagar (MINSC)				Restos a Pagar Processados (RPP)				Restos a Pagar Não Processados (RPNP)			
	Grupo de Amostra				Grupo de Amostra				Grupo de Amostra			
	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE
	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
CONSTANTE	-275,18***	-256,50***	-390,32***	-233,10***	251,56***	194,12***	198,84***	309,37***	-526,74***	-450,62***	-589,16***	-542,47***
DELEICAO (t)	-167,22***	-160,82***	-175,61***	-166,11***	-79,60***	-72,62***	-79,72***	-82,82***	-87,62***	-88,20***	-95,90***	-83,28***
DELEICAO (t-1)	-123,48***	-112,83***	-120,98***	-132,42***	-46,06***	-40,97***	-36,95***	-49,87***	-77,42***	-71,86***	-84,03***	-82,55***
LN(PIBPERC)	75,85***	73,17***	84,62***	72,90***	-8,10***	-3,45**	-4,87***	-12,78***	83,95***	76,62***	89,50***	85,68***
LN(POP)	-11,60***	-12,69***	-8,27***	-13,59***	0,35	0,24	1,27	-0,33	-11,95***	-12,92***	-9,54***	-13,26***
IDADEPREF	-0,30***	-0,16	-0,33*	-0,12	-0,37***	-0,26**	-0,17*	-0,39***	0,06	0,1	-0,16	0,27**
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662
Estatística F	518,51	137,16	149,17	235,29	171,7	36,64	42,01	98,28	563,98	154,58	156,13	258,5
P-valor (F)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R² ajustado	17,00%	16,00%	20,00%	17,00%	5,00%	4,00%	5,00%	7,00%	20,00%	19,00%	23,00%	20,00%

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o Montante de Restos a Pagar, observa-se que os coeficientes da variável DELEICAO (t) são negativos e estatisticamente significativos em todos os grupos analisados, indicando uma tendência geral de redução na inscrição de restos a pagar durante os anos eleitorais. Esse comportamento sugere que os prefeitos adotam uma postura fiscal mais cautelosa nesse período, possivelmente com o objetivo de demonstrar responsabilidade fiscal à sociedade e aos órgãos de controle.

O efeito é mais acentuado no grupo sem possibilidade de reeleição, sugerindo que esses gestores, por não estarem vinculados à continuidade administrativa, estariam mais propensos a encerrar o mandato com menor acúmulo de obrigações financeiras, como forma de preservar sua reputação política ou evitar sanções legais. Já no grupo de segunda eleição, embora o efeito seja ligeiramente menor, o coeficiente também é negativo e significativo, reforçando que mesmo gestores que não disputarão novo mandato tendem a reduzir restos a pagar, possivelmente em função das amarras legais da LRF ou da atuação dos tribunais de contas.

Além disso, a variável DELEICAO (t-1) apresenta coeficientes igualmente negativos e significativos, indicando que os ajustes fiscais são iniciados no ano anterior ao pleito, evidenciando um comportamento estrategicamente planejado. Essa antecipação pode refletir uma tentativa de equilibrar as contas públicas para evitar sanções ou restrições à candidatura, especialmente nos casos em que os prefeitos ou seus aliados disputarão o cargo.

Nos Restos a Pagar Processados, observa-se um padrão semelhante, com DELEICAO (t) apresentando coeficientes negativos e significativos para todos os grupos. Esse resultado sugere que os gestores buscam reduzir despesas já processadas durante anos eleitorais, possivelmente para evitar compromissos

financeiros que poderiam limitar sua flexibilidade orçamentária no curto prazo. O efeito é mais pronunciado no grupo de primeira eleição, o que pode indicar um esforço maior desses gestores para demonstrar controle fiscal em busca de apoio popular. O ano anterior à eleição (DELEICAO t-1) também apresenta coeficientes negativos e significativos, o que sugere uma tendência dos gestores em reduzir compromissos processados com antecedência, preparando-se financeiramente para o ano eleitoral.

Para os Restos a Pagar Não Processados, a variável DELEICAO (t) também exhibe coeficientes negativos e significativos em todos os grupos. Esse padrão indica que os gestores, independentemente de seu grupo de amostra, reduzem despesas não processadas em ano eleitoral, possivelmente como forma de evitar compromissos que poderiam gerar pressão sobre o orçamento. O efeito mais intenso é observado no grupo de não reeleição, sugerindo que gestores que não buscarão a continuidade no cargo adotam uma postura mais rígida na contenção de obrigações pendentes. Similarmente, os coeficientes de DELEICAO (t-1) são negativos e significativos, reforçando que a redução nos restos a pagar não processados é iniciada antes mesmo do ano eleitoral, destacando uma antecipação na estratégia fiscal para lidar com o ciclo político.

No tocante as variáveis de controle, como PIB per capita, População e Idade dos Prefeitos, revelam influências importantes. O PIB per capita tem coeficientes positivos e significativos tanto no Montante de Restos a Pagar quanto nos Restos a Pagar Não Processados, sugerindo que municípios com maior desenvolvimento econômico tendem a registrar um volume mais elevado de restos a pagar. Esse comportamento pode ser atribuído à maior capacidade fiscal desses municípios para suportar compromissos futuros. A Idade dos Prefeitos apresenta coeficientes

negativos nos restos a pagar processados, indicando que prefeitos mais experientes tendem a ser mais cautelosos em relação aos compromissos já formalizados, provavelmente refletindo uma abordagem mais conservadora na gestão fiscal.

O R^2 ajustado varia de 4% a 23%, indicando que o modelo explica uma parte moderada da variabilidade nos restos a pagar, com maior poder explicativo para os restos a pagar não processados. As estatísticas F e os p-valores confirmam a significância geral dos modelos, demonstrando que as variáveis eleitorais e socioeconômicas desempenham um papel relevante na inscrição dos restos a pagar, especialmente em anos eleitorais e no período imediatamente anterior. Esses resultados sugerem que os gestores adaptam sua gestão fiscal de acordo com o ciclo eleitoral, com diferentes comportamentos estratégicos dependendo de seu contexto de reeleição e mandato.

Sendo assim, os resultados apresentados na TABELA 5 oferecem suporte à hipótese H1, que propõe uma redução na inscrição dos restos a pagar em períodos eleitorais em função da influência de variáveis eleitorais e socioeconômicas. A análise revelou uma tendência dos gestores de reduzir tanto os restos a pagar processados quanto os não processados em anos eleitorais, estratégia que pode refletir uma tentativa de sinalizar responsabilidade fiscal e evitar o comprometimento de recursos futuros, preservando a flexibilidade orçamentária em períodos críticos.

Esse comportamento é observado de forma consistente entre os diferentes grupos, com destaque para os prefeitos que não concorrem à reeleição, os quais apresentaram os coeficientes mais negativos, sinalizando uma postura ainda mais restritiva na contenção de restos a pagar ao final do mandato. Essa conduta pode indicar uma tentativa desses gestores de encerrar sua gestão com responsabilidade

fiscal, evitando críticas futuras ou sanções legais. Prefeitos em primeiro mandato também apresentam coeficientes negativos e significativos, o que pode refletir uma estratégia de construção de imagem junto ao eleitorado, ao demonstrar comprometimento com o equilíbrio das contas públicas desde o início da administração.

Os resultados colaboram com a ideia de que, em anos eleitorais, gestores buscam projetar uma imagem de prudência fiscal, reduzindo a inscrição de restos a pagar para demonstrar responsabilidade financeira, conforme sugerido por Kuroki (2023) sobre a influência das práticas contábeis nos períodos eleitorais. Essa estratégia é particularmente observada entre prefeitos em primeiro mandato, que parecem querer consolidar uma imagem de gestão responsável, o que está em linha com estudos de Coelho (2004) e Crombach e Bohn (2024), que destacam o papel da transparência fiscal como um fator relevante para os eleitores.

Os achados deste estudo sugerem que, embora possam ocorrer elevações nos gastos com despesas de maior visibilidade aos olhos do eleitorado, conforme observado por Lautenschlage (2022), os gestores também demonstram cautela quanto à geração de passivos (Baksay & Kiss, 2023), optando por reduzir a inscrição de restos a pagar, tal evidência indica que o aumento das despesas não está, necessariamente, atrelado à criação de novas obrigações futuras.

Na TABELA 6, a análise é aprimorada ao detalhar os resultados das regressões que consideram os restos a pagar no ano seguinte ao ano eleitoral ($t+1$), organizando

os dados em três variáveis dependentes: Montante de Restos a Pagar, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados.

TABELA 6 - ESTIMATIVAS DOS MODELOS PROPOSTOS PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – DUMMY ELEIÇÃO EM t+1

Variável Independente	Variável Dependente											
	Montante de Restos a Pagar (MINSC)				Restos a Pagar Processados (RPP)				Restos a Pagar Não Processados (RPNP)			
	Grupo de Amostra				Grupo de Amostra				Grupo de Amostra			
	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE	TOTAL	2° ELE	Ñ REEL	1° ELE
	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
CONSTANTE	-398,66***	-369,33***	-511,30***	-365,52***	205,50***	153,15***	161,89***	259,50***	-604,16***	-522,47***	-673,19***	-625,02***
DELEICAO (t+1)	5,8	-4,86	0,4	16,15**	-18,85***	-22,86***	-26,36***	-16,28***	24,65***	18,00***	26,76***	32,43***
LN(PIBPERC)	75,85***	73,17***	84,62***	72,90***	-8,10***	-3,45***	-4,87***	-12,78***	83,95***	76,62***	89,50***	85,68***
LN(POP)	-11,60***	-12,69***	-8,27***	-13,59***	0,35	0,24	1,27	-0,33	-11,95***	-12,92***	-9,54***	-13,26***
IDADEPREF	-0,30***	-0,16	-0,33*	-0,12	-0,37***	-0,26**	-0,17*	-0,39***	0,06	0,1	-0,16	0,27**
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662	36999	11382	8955	16662
Estatística F	518,51	198,15	204,24	306,03	171,7	38,97	45,63	105,49	563,98	244,81	236,74	368,86
P-valor (F)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R ² ajustado	17,00%	16,00%	20,00%	17,00%	5,00%	4,00%	5,00%	7,00%	20,00%	19,00%	23,00%	20,00%

Notas: MINSC – Montante de Inscrição de Restos a Pagar: Representa o montante total de restos a pagar inscritos no exercício fiscal; RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o Montante de Restos a Pagar, o coeficiente da variável DELEICAO (t+1) é positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5% apenas para o grupo de primeira eleição, com valor de 16,15. Esse resultado sugere que gestores em seu primeiro mandato tendem a aumentar o volume de restos a pagar no ano pós-eleitoral, possivelmente para adiar despesas após o ciclo de campanha e recuperar flexibilidade orçamentária. Em contraste, para os grupos de segunda eleição e de não reeleição, os coeficientes são negativos e sem significância estatística, indicando que para esses gestores o ano pós-eleitoral não exerce a mesma influência sobre a acumulação de restos a pagar.

Nos Restos a Pagar Processados, o coeficiente de DELEICAO (t+1) é consistentemente negativo e significativo em todos os grupos, sugerindo que os gestores tendem a reduzir os restos a pagar processados no ano seguinte às eleições. Esse padrão indica uma tentativa de minimizar compromissos financeiros imediatos após o ciclo eleitoral, talvez para assegurar que os recursos possam ser alocados a outras prioridades ou para reduzir passivos do exercício anterior. Para os Restos a Pagar Não Processados, o coeficiente de DELEICAO (t+1) é positivo e significativo em todos os grupos, com o efeito mais acentuado no grupo de primeira eleição. Esse comportamento sugere que gestores, especialmente em seu primeiro mandato, tendem a adiar o pagamento de despesas não processadas após o ano eleitoral, possivelmente para preservar maior flexibilidade orçamentária e adaptar o orçamento às novas demandas de sua gestão.

As variáveis de controle, como PIB per capita, População e Idade dos Prefeitos, são significativas em alguns modelos, reforçando a influência das condições socioeconômicas sobre a gestão dos restos a pagar. O PIB per capita apresenta

coeficientes positivos e significativos para o Montante de Restos a Pagar e os Restos a Pagar Não Processados, sugerindo que municípios com maior desenvolvimento econômico tendem a acumular mais restos a pagar não processados. Para os restos processados, o coeficiente do PIB per capita é negativo, o que indica um controle mais rígido sobre despesas formalizadas nesses municípios. A Idade dos Prefeitos exibe um coeficiente negativo e significativo para os restos processados, o que sugere que prefeitos mais experientes adotam uma postura fiscal mais cautelosa.

Os valores de R^2 ajustado, que variam de 4% a 23%, indicam que o modelo explica uma parcela moderada da variabilidade nos restos a pagar, com maior poder explicativo para os restos não processados. A estatística F e os p-valores reforçam a significância geral dos modelos, destacando a importância das variáveis eleitorais e socioeconômicas na explicação dos padrões de restos a pagar em diferentes contextos.

Em complemento a análise da hipótese H1, os resultados apresentados na TABELA 6 sobre a dinâmica específica no ano pós-eleitoral, indicou que a gestão dos restos a pagar é influenciada pelas variáveis eleitorais e socioeconômicas. Gestores em seu primeiro mandato tendem a aumentar a inscrição de restos a pagar, particularmente os não processados, possivelmente como estratégia de adiamento de despesas, enquanto os restos processados são reduzidos, sugerindo um esforço para minimizar passivos imediatos e preservar flexibilidade orçamentária.

4.3.2. Probabilidade de Reeleição

Nesta subseção, são analisados os resultados do modelo logístico estimado para avaliar os fatores que influenciam a probabilidade de reeleição dos prefeitos. A

TABELA 7 apresenta os coeficientes do modelo, considerando variáveis como a variação nos restos a pagar processados e não processados, além de variáveis de controle, como o PIB per capita, população e idade dos prefeitos. O modelo busca identificar se a gestão dos restos a pagar, juntamente com as condições socioeconômicas e o perfil do gestor, impacta a chance de reeleição.

TABELA 7 - ESTIMATIVA DO MODELO PROPOSTO LOGISTICO

Variável Independente	Variável Dependente: DREELEICAO			
	Coef.	Erro Padrão	Estat. Z	P-valor
Δ RPP	0,0004	0,0001	3,3700	0,0010***
Δ RPNP	-0,0002	0,0001	-2,3600	0,0180**
LN(PIBPERC)	0,0221	0,0188	1,1800	0,2400
LN(POP)	0,0191	0,0110	1,7400	0,0820*
IDADEPREF	0,0134	0,0012	11,5100	0,0000***
DDIREITA	-0,1282	0,0288	-4,4400	0,0000***
DESQUERDA	0,2475	0,0603	4,1000	0,0000***
EFEITO ANO			Sim	
N° Obs.	28,242			
Estatística Chi2	849,210			
P-valor (Chi2)	0,000			
Pseudo R ²	0,026			

Notas: DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); Δ RPP – Variação nos Restos a Pagar Processados: Refere-se à variação nos restos a pagar já processados; Δ RPNP - Variação nos Restos a Pagar Não Processados, Representa a variação nos restos a pagar não processados.; DREELEICAO – Probabilidade de Reelection do Prefeito: Indicador que mostra a probabilidade de reeleição do prefeito, variando entre 1 (reeleito) e 0 (não reeleito); PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos ; DESQUERDA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Centro e 0 caso contrário; DDIREITA – Assume o valor 1 se o partido for classificado como Direita e 0 caso contrário – a categoria Centro foi utilizada como referência; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que a Variação nos Restos a Pagar Processados possui um coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, sugerindo que um aumento nos restos a pagar processados está associado a uma maior probabilidade de reeleição do prefeito. Esse efeito positivo pode indicar que gestores que aumentam os restos a pagar processados conseguem financiar projetos visíveis

e de curto prazo que agradam aos eleitores, melhorando suas chances de permanecer no cargo.

Por outro lado, a Variação nos Restos a Pagar não processados apresenta um coeficiente negativo e significativo ao nível de 5%, indicando que um aumento nessa categoria está associado a uma menor probabilidade de reeleição. Esse resultado sugere que o acúmulo de despesas não processadas pode ser visto de forma negativa pelos eleitores, possivelmente por transmitir uma imagem de falta de responsabilidade fiscal ou de adiamento de compromissos essenciais, o que diminui as chances de o gestor ser reeleito.

Entre as variáveis de controle, a Idade dos Prefeitos possui um coeficiente positivo e altamente significativo, indicando que prefeitos mais velhos têm maior probabilidade de reeleição. Esse resultado pode refletir uma percepção de experiência e estabilidade que é valorizada pelo eleitorado. A população também apresenta um coeficiente positivo e significativo ao nível de 10%, sugerindo que prefeitos de municípios mais populosos podem ter maiores chances de reeleição, possivelmente devido a recursos mais amplos para implementar políticas populares.

O modelo logístico possui um valor de Pseudo R^2 de 0,026, o que indica que, embora o modelo seja estatisticamente significativo (p-valor da estatística Chi2 = 0,000), ele explica uma parcela limitada da variação na probabilidade de reeleição, sugerindo que outros fatores não incluídos no modelo também influenciam a decisão dos eleitores. Esses resultados, no entanto, são indicativos das relações entre práticas fiscais e reeleição, destacando a importância da gestão dos restos a pagar no contexto eleitoral.

A análise também revela um impacto relevante da ideologia política sobre a probabilidade de reeleição. Prefeitos de partidos de direita apresentam uma menor chance de reeleição, conforme indicado pelo coeficiente negativo e estatisticamente significativo de DDIREITA. Esse resultado pode refletir uma abordagem mais restritiva na gestão fiscal, que pode não ser percebida de maneira positiva pelos eleitores. Em contraste, prefeitos de partidos de esquerda possuem uma maior probabilidade de reeleição, como demonstrado pelo coeficiente positivo e significativo de DESQUERDA. Esse achado sugere que políticas mais expansivas ou voltadas para o aumento de investimentos públicos podem ser vistas de forma mais favorável pelo eleitorado, impactando positivamente a continuidade dos gestores no cargo.

Logo, no tocante à hipótese H2, que sugere que a gestão estratégica dos restos a pagar impacta a probabilidade de reeleição dos prefeitos, os resultados da

TABELA 7 oferecem suporte para essa suposição. A análise mostra que a variação nos restos a pagar processados está positivamente associada à chance de reeleição, indicando que o uso desses recursos para financiar projetos visíveis e de curto prazo pode melhorar a percepção pública e aumentar as chances de continuidade do gestor no cargo. Em contrapartida, a variação nos restos a pagar não processados apresenta um efeito negativo e significativo.

Os resultados indicam que a variação nos restos a pagar processados está positivamente associada à probabilidade de reeleição, sugerindo que gestores podem utilizar restos a pagar para financiar projetos de curto prazo que favoreçam sua imagem pública. Essa prática corrobora os achados de Capalbo et al. (2021) sobre o comportamento oportunista para maximizar o apoio eleitoral e reforça as observações

de Dias et al. (2018), que evidenciam o impacto dos investimentos públicos na reeleição.

Em contraste, a influência negativa dos restos a pagar não processados na reeleição, identificada neste estudo, não converge com a literatura que defende o aumento de investimentos com recursos pendentes, como observado por Cohen et al. (2019), sugerindo que tais despesas pendentes podem ser interpretadas de forma menos favorável pelo eleitorado.

4.3.3. Sustentabilidade Fiscal

Por fim, nesta subseção são analisados os resultados dos modelos de regressão para os indicadores de sustentabilidade fiscal dos municípios, representados pelo Resultado Primário e pelo Resultado Nominal. A TABELA 8 apresenta os coeficientes estimados para as variáveis independentes e suas interações com o ano eleitoral, com o objetivo de entender como fatores como restos a pagar e condições socioeconômicas impactam a sustentabilidade fiscal, especialmente em contextos eleitorais.

TABELA 8 - ESTIMATIVA DOS MODELOS PROPOSTOS PARA SUSTENTABILIDADE FISCAL

Variável Independente	Variável Dependente			
	Resultado Primário (RPRI)		Resultado Nominal (RNOM)	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
CONSTANTE	-247,095	0,000***	425,750	0,000***
DELEICAO	184,106	0,000***	113,120	0,000***
RPP	0,081	0,003***	0,106	0,000***
RPNP	0,249	0,000***	0,431	0,000***
DELEICAO*RPP	-0,356	0,000***	0,046	0,508
DELEICAO*RPNP	-0,112	0,011**	0,039	0,406
LN(PIBPERC)	71,347	0,000***	81,538	0,000***
LN(POP)	-51,557	0,000***	45,055	0,000***
IDADEPREF	0,005	0,983	0,118	0,637
EFEITO ANO	Sim	Sim	Sim	Sim

N° Obs.	36999	36999
Estatística F	363,45	399,88
P-valor (F)	0,000***	0,000***
R ² ajustado	13,80%	14,00%

Notas: RPRI: Indica a sustentabilidade fiscal do município com base na diferença entre receitas primárias e despesas primárias; RNOM – Resultado Nominal: Outro indicador de sustentabilidade fiscal, obtido pela subtração do pagamento de juros do resultado primário; DELEICAO – Indicador de Ano Eleitoral: Indica se o ano em análise é eleitoral ou não, variando entre 1 (eleitoral) e 0 (não eleitoral); RPP – Inscrição de Restos a Pagar Processados, Refere-se à inscrição de restos a pagar já processados; RPNP– Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, Corresponde à inscrição de restos a pagar que ainda não foram processados; PIBPERC: Indicador do desenvolvimento econômico do município; POP: Total de habitantes do município; IDADEPREF: Indica a idade dos prefeitos; ***, ** e * significativos ao nível de 1%, 5% e 10% , respectivamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os coeficientes da variável DELEICAO são positivos e altamente significativos tanto para o Resultado Primário quanto para o Resultado Nominal, sugerindo que, em anos eleitorais, há um efeito positivo sobre a sustentabilidade fiscal. Esse comportamento pode indicar uma tentativa dos gestores de melhorar os indicadores fiscais em períodos de eleição, buscando mostrar resultados positivos para o eleitorado. No entanto, a interação entre DELEICAO e os restos a pagar (RPP e RPNP) apresenta resultados mistos. A interação DELEICAO*RPP não é significativa para o Resultado Nominal e possui coeficiente negativo para o Resultado Primário, indicando que o aumento de restos processados em ano eleitoral pode ter um impacto adverso sobre a sustentabilidade fiscal primária. Já a interação DELEICAO*RPNP é negativa e significativa para o Resultado Primário, mas não significativa para o Resultado Nominal, o que pode sugerir que a acumulação de restos não processados em ano eleitoral enfraquece a sustentabilidade fiscal.

No que se refere aos restos a pagar em si, tanto RPP quanto RPNP apresentam coeficientes positivos e altamente significativos para ambos os indicadores de sustentabilidade fiscal, indicando que o uso de restos a pagar está associado a uma melhoria nos resultados fiscais. Esse efeito positivo pode ser explicado pela prática

de adiar compromissos para equilibrar as contas no curto prazo, uma estratégia que, embora possa gerar um impacto positivo temporário nos resultados fiscais, pode comprometer a sustentabilidade fiscal em períodos futuros, dependendo do contexto econômico.

As variáveis de controle, como PIB per capita e População, também são significativas e reforçam a influência das condições socioeconômicas sobre a sustentabilidade fiscal. O PIB per capita possui coeficientes positivos e significativos para ambos os indicadores fiscais, sugerindo que municípios com maior desenvolvimento econômico tendem a ter melhores resultados fiscais, provavelmente em função de uma base econômica mais sólida. Em contraste, a População exibe coeficientes negativos e significativos para o Resultado Primário e positivos para o Resultado Nominal, indicando que a relação entre tamanho populacional e sustentabilidade fiscal varia conforme o indicador analisado, possivelmente devido a diferenças na pressão fiscal e na capacidade de geração de receitas.

O modelo apresenta um R^2 ajustado de 13,8% para o Resultado Primário e 14,0% para o Resultado Nominal, sugerindo que o modelo explica uma parte moderada da variação na sustentabilidade fiscal dos municípios. A estatística F e os p-valores (0,000) indicam que o modelo é globalmente significativo, validando a relevância das variáveis eleitorais, restos a pagar e condições socioeconômicas na explicação dos padrões de sustentabilidade fiscal. Esses achados ressaltam o papel das práticas fiscais, especialmente em anos eleitorais, e indicam que o uso dos restos a pagar pode influenciar temporariamente os resultados fiscais, embora essa prática possa afetar a sustentabilidade de longo prazo.

Por fim, em relação à hipótese H3, que propõe que a gestão dos restos a pagar e as variáveis eleitorais influenciam a sustentabilidade fiscal dos municípios, os resultados da TABELA 8 oferecem suporte parcial a essa hipótese. Embora os restos a pagar processados e não processados exibam coeficientes positivos e significativos para ambos os indicadores de sustentabilidade fiscal, indicando uma melhoria temporária nos resultados fiscais, as interações *DELEICAO RPP* e *DELEICAO RPNP* apresentam impactos negativos e significativos no Resultado Primário, reforçando que a acumulação de restos a pagar em anos eleitorais pode comprometer a sustentabilidade fiscal primária.

A análise dos resultados sobre a sustentabilidade fiscal indica que o uso de restos a pagar está associado a uma melhora temporária nos indicadores fiscais, o que converge com os estudos de Santos et al. (2012) e Almeida et al. (2018) sobre o papel dos restos a pagar como ferramenta de ajuste contábil. No entanto, a melhoria temporária sugere um impacto apenas de curto prazo, alinhando-se com a análise de Onofrei et al. (2020) sobre a limitação das práticas fiscais em contextos de alta pressão política. Os achados reforçam ainda o argumento de que a manipulação dos restos a pagar visa um equilíbrio momentâneo, como pontuado por Costa et al. (2017), embora tais práticas possam comprometer a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos da utilização restos a pagar como ferramenta de gerenciamento de resultado na sustentabilidade fiscal e na reeleição. A hipótese 1, que previa a redução da inscrição de restos a pagar em anos eleitorais como uma estratégia de sinalização de responsabilidade fiscal, foi confirmada. Os resultados indicaram que os gestores, adotaram uma postura mais cautelosa durante o período eleitoral, reduzindo os restos a pagar como forma de preservar a imagem de gestão fiscal responsável. No entanto, no ano pós-eleitoral, verificou-se um aumento nos restos não processados, indicando uma tendência ao adiamento de despesas.

As evidências empíricas desta pesquisa, ao revelarem a redução da inscrição de restos a pagar em anos eleitorais, contribuem para o aprimoramento das práticas de controle externo, ao indicar que os prefeitos adotam estratégias de sinalização fiscal voltadas à conformidade formal com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na prática, esse achado sugere que os Tribunais de Contas podem fortalecer sua atuação preventiva ao expandirem o escopo de fiscalização dos restos a pagar, incluindo a análise da trajetória desses passivos ao longo de todo o ciclo político (T-1, T e T+1), e não apenas no encerramento do mandato.

A hipótese 2 de que os restos a pagar processados aumentariam a probabilidade de reeleição encontrou suporte, enquanto os não processados apresentaram efeito negativo. Em termos de sustentabilidade fiscal, os dados apurados da hipótese 3, demonstraram que o uso de restos a pagar proporciona uma

melhora temporária nos indicadores fiscais, oferecendo um alívio pontual para as contas públicas. No entanto, esse efeito é de curto prazo e reflete no equilíbrio fiscal a médio e longo prazo, pois a postergação de despesas afeta diretamente a sustentabilidade das finanças municipais.

Verificou-se que, em anos eleitorais, embora os gestores tendam a reduzir a inscrição de restos a pagar, a prática de restos processados e não processados pode comprometer a sustentabilidade fiscal primária, especialmente quando interação com o ano eleitoral, reforçando a necessidade de se observar o impacto fiscal cumulativo dessas práticas.

Os resultados do estudo trazem efeitos práticos relevantes para a atuação dos prefeitos e o comportamento dos eleitores. A associação positiva entre restos a pagar processados e a reeleição indica que os eleitores valorizam entregas efetivas, mesmo registradas como obrigações, desde que em conformidade com a legislação. No entanto os restos não processados, por não representarem ações concluídas, tendem a ser mal-recebidos. Isso mostra que o sucesso eleitoral está mais ligado à efetividade das políticas públicas do que ao volume de registros contábeis, ressaltando a relevância de uma execução fiscal transparente, realista e lastreada na capacidade financeira do município.

Para os eleitores, os achados reforçam a necessidade da educação fiscal e do acesso à informação clara e confiável. Compreender a diferença entre obrigações legítimas e estratégias de postergação permite uma avaliação mais crítica da gestão pública, fortalecendo o voto consciente e a responsabilização democrática.

Os fatores que limitaram o desenvolvimento dessa pesquisa incluem a restrição dos dados contábeis, que estão disponíveis de maneira completa apenas a

partir de 2015, além da ausência de informações para alguns municípios, o que afetou a abrangência da aplicação do modelo econométrico. Essa limitação temporal reduziu o escopo da análise a dois ciclos políticos, o que pode ter influenciado a síntese dos efeitos ao não capturar as nuances de ciclos eleitorais anteriores. Outro fator que pode ter impactado os achados foi a falta de dados detalhados sobre a gestão fiscal de municípios menores, cuja variação nas práticas contábeis poderia oferecer uma visão mais diversificada sobre o comportamento da gestão de restos a pagar.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se estender a análise para períodos mais longos e incluir um maior número de ciclos eleitorais, o que permitiria captar variações em diferentes cenários políticos e econômicos. Além disso, considerando que os resultados indicaram redução na inscrição de restos a pagar em períodos eleitorais, seria pertinente investigar se essa dinâmica está associada ao crescimento das despesas de exercícios anteriores, ao cancelamento de restos a pagar ou, ainda, à existência de disponibilidade de caixa suficiente para evitar a postergação de despesas. Investigar esses fatores pode oferecer uma compreensão mais ampla do comportamento fiscal dos gestores e reflexos na sustentabilidade das finanças públicas.

Outra linha de pesquisa interessante seria explorar a relação entre o gerenciamento das informações contábeis e a qualidade dessas informações, especialmente considerando o uso de restos a pagar. Investigando, por exemplo, se as entidades classificadas com boas notas no *ranking* de qualidade das informações contábeis e fiscais do Tesouro Nacional também adotam práticas de manipulação contábil, como o uso oportunista de restos a pagar. Isso poderia oferecer *insights*

importantes sobre a integridade das informações contábeis no setor público e suas implicações para a governança fiscal.

REFERÊNCIAS

- Al Sayed, O., Samir, A., & Anwar, H. H. (2020). Assessing fiscal sustainability in Egypt: a comparative study. *Review of Economics and Political Science*, 6 (4), 292–310. <https://doi.org/10.1108/REPS-02-2020-0020>
- Almeida, F. F., Sakurai, S. N., & Almeida, R. B. (2018). *Incentivos eleitorais e regras fiscais (não tão) rígidas: novas evidências para os municípios brasileiros a partir da rubrica restos a pagar*. [Apresentação de trabalho]. Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia, 1–38. <https://doi.org/10.38116/ppe53n1art2>
- Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 580–595. <https://doi.org/10.1590/0034-7612163584>
- Araújo, R. J. R., Queiroz, D. B., & Paulo, E. (2023). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. *Revista de Administração Pública*, 57(6), e2022-0382. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220382>
- Arcas, M. J., & Martí, C. (2016). Financial performance adjustment in English local governments. *Australian Accounting Review*, 26(2), 141–152. <https://doi.org/10.1111/auar.12094>
- Baksay, G., & Kiss, P. G. (2023). Fókuszban a fiskális fenntarthatóság. *Public Finance Quarterly*, 69(1), 92–108. https://doi.org/10.35551/PSZ_2023_1_6
- Bartoluzzio, A. I. S. de S., & Anjos, L. C. M. dos. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167–180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Brasil. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. (2023). *Manual de Demonstrativos Fiscais: Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios Válido a partir do exercício financeiro de 2023* (13^a ed.) [Manual]. Secretaria do Tesouro Nacional. https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACA_O_ANEXO:20083
- Benedictis-Kessner, J. de, & Warshaw, C. (2020). Accountability for the local economy at all levels of government in United States elections. *American Political Science Review*, 114(3), 660–676. <https://doi.org/10.1017/S0003055420000027>

- Benito, B., Guillamón, M. D., & Ríos, A. M. (2021). Political Budget Cycles in Public Revenues: Evidence From Fines. *SAGE Open*, 11(4). <https://doi.org/10.1177/21582440211059169>
- Bessho, S.-I., & Hirota, H. (2021). Do public account financial statements matter? Evidence from Japanese municipalities. *European Journal of Political Economy*, 78(102358). <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2023.102358>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Buendía-Carrillo, D., Lara-Rubio, J., Navarro-Galera, A., & Gómez-Miranda, M. E. (2020). The impact of population size on the risk of local government default. *International Tax and Public Finance*, 27(5), 1264–1286. <https://doi.org/10.1007/s10797-020-09591-9>
- Cabral, F. G. (2020). Is the federal audit court a political body? *Revista de Investigações Constitucionais*, 7(1), 237–284. <https://doi.org/10.5380/RINC.V7I1.71868>
- Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 285–306. <https://doi.org/10.1590/0034-7612151140>
- Camargo, M. E., & Sehnem, A. (2010). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a prestação de contas das prefeituras catarinenses. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 9(1-2), 251–272. <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/614>
- Campos, M. L. dos S., Pereira Júnior, L. H. T., Nascimento, F. A., Palmeira, E. M., & Colvero, R. B. (2023). Análise Comparativa Dos Restos A Pagar Em Itaqui, São Borja E Uruguaiana: Implicações Da Lei De Responsabilidade Fiscal. *IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)*, 25(12), 57–65. <https://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol25-issue12/Ser-6/G2512065765.pdf>
- Capalbo, F., Lupi, C., Smarra, M., & Sorrentino, M. (2021). Elections and earnings management: evidence from municipally-owned entities. *Journal of Management and Governance*, 25(3), 707–730. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09523-z>
- Carvalho, M. de, & Piscitelli, R. B. (2014). Análise da relação entre restos a pagar exigíveis e resultado primário. *Caderno Aslegis*, 51(1), 17–35. <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2014;1001068002>

- Cassimiro, F. I., Nascimento, R. S. do, & Viotto, R. (2021). Avaliação dos determinantes de endividamento público dos Entes Subnacionais Brasileiros. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 19(1), 236–274. <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i1.670>
- Chen, X., Lee, C. W. J., & Li, J. (2008). Government assisted earnings management in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(3), 262–274. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.02.005>
- Cigu, E., Bercu, A. M., Tofan, M., & Tiță, S. M. (2022). Exploring the fiscal responsibility through active citizenship for governance quality. *Sustainability (Switzerland)*, 14(1), 145. <https://doi.org/10.3390/su14010145>
- Coelho, C. A. C. (2004). *Ciclos Político Económicos e o Poder Local*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão. <https://hdl.handle.net/1822/699>
- Cohen, S., Bisogno, M., & Malkogianni, I. (2019). Earnings management in local governments: the role of political factors. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(3), 331–348. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0162>
- Cohen, S., & Malkogianni, I. (2021). Sustainability measures and earnings management: Evidence from Greek municipalities. *Journal of public budgeting, accounting & financial management*, 33(4), 365–386. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2020-0171>
- Costa, C. B. da., Raupp, F. M., & Tezza, R. (2017). Endividamento público: uma análise da dívida consolidada e dos resultados nominal e primário dos municípios catarinenses. *Revista Conhecimento Contábil*, 5(2), 105–122. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/806/714>
- Costa, J. I. de F., Travassos, S. K. M., Libonati, J. J., Ribeiro Filho, J. F., & Soares, V. S. (2013). Regime de competência aplicado ao setor público: análise no reconhecimento dos restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores dos municípios brasileiros. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 10(3), 240–253. <https://www.redalyc.org/journal/3372/337228655005/html/>
- Crombach, L., & Bohn, F. (2024). Uninformed voters with (im)precise expectations: Explaining political budget cycle puzzles. *Economics and Politics*, 36(1), 275–311. <https://doi.org/10.1111/ecpo.12237>
- Cruz, A. F. da, Lopes, B. L., Pimenta, D. P., & Soares, G. F. (2018). The fiscal management of the state of Rio de Janeiro: An analysis in light of the fiscal responsibility law and debt sustainability in the period from 2001 to 2017. *Revista de Administracao Publica*, 52(4), 764–775.

<https://www.scielo.br/j/rap/a/9mmCZxf8fjP5mPW5MBPc7Fq/?format=pdf&lang=en>

- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2), 193–225. <https://www.jstor.org/stable/248303>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). Does public investment influence re-election? An empirical study of the municipalities of the state of Espírito Santo. *Revista de Administracao Publica*, 52(5), 880–898. <https://www.scielo.br/j/rap/a/yTqwGSm7HPwJVFNq95g7QdH/?format=pdf&lang=en>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135–150. <http://dx.doi.org/10.1086/257897>
- Fan, S., Pang, Y., & Pestieau, P. (2020). A model of the optimal allocation of government expenditures. *Journal of Public Economic Theory*, 22(4), 845–876. <https://doi.org/10.1111/jpet.12416>
- Fattorelli, M. L., Ávila, R., & Muller, R. (2021). *Gastos com a Dívida Pública Cresceram 33% em 2020. Auditoria Cidadã da Dívida*. <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administracao Publica*, 51(4), 462–481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Greene, W. H. (2008). The Econometric Approach to Efficiency Analysis. In H. O. Fried, C. A. Knox Lovell, & S. S. Schmidt (Eds.), *The Measurement of Productive Efficiency and Productivity Growth* (pp. 92-250). Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195183528.003.0002>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. AMGH (Org.). (5^o ed).
- Gwózdź, T., & Kołodziej, D. (2024). Fiscal sustainability – a comparative approach. *Roczniki Administracji i Prawa*, 1(XXIV), 115–132. <https://doi.org/10.5604/01.3001.0054.4679>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis*: Pearson College division. Person.

- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365–383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>
- Hibbs Jr, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *The American political science review*, 71(4), 1467–1487. <https://www.jstor.org/stable/1961490>
- Johanson, A. (2016). *LRF e a influência dos fatores políticos na gestão dos recursos públicos: Uma análise no resultado primário dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013*. [Dissertação de mestrado]. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE. https://fucape.br/?jet_download=ad6ba2b6f9bd7322ffa418a5d7edb508f208dee9
- Kuroki, M. (2023). Voter rationality, the use of accounting information and voting behavior: evidence from a referendum. *Pacific Accounting Review*.36(1),1-20. <https://doi.org/10.1108/PAR-01-2023-0006>
- Lautenschlage, J. (2022). The Influence of Mayors' Characteristics and Elections on the Composition of Brazilian Municipalities' Expenditures. *International Journal of Economics and Finance*, 14(10), 23. <https://doi.org/10.5539/ijef.v14n10p23>
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
- Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. (2000). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10028.htm
- Li, T., & Feiock, R. C. (2020). Explaining State Budget Punctuations: Policy Transparency, Political Institutions, and Electoral Incentives. *Policy Studies Journal*, 48(4), 926–952. <https://doi.org/10.1111/psj.12344>
- Lima, C. A. M. C., Boente, D. R., & Stefanelli, N. O. (2024). Determinantes do cumprimento das despesas com pessoal e do resultado primário nos estados brasileiros: uma análise de 2017 a 2022. *Revista de*

Administração Pública, 58(3). <https://doi.org/10.1590/0034-761220230321>

- Linhares, F., Penna, C., & Borges, G. (2013). Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1359–1373. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600002>
- Louzano, J. P. de O., Abrantes, L. A., Almeida, F. M. de, Oliveira, G. de A., & Rocha, T. C. da. (2020). Participation funds of the states and their implications on incomes and expenses of the State. Em *Estudios Gerenciales*, 36(154), 15-26. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2020.154.3445>
- Louzano, J. P. de O., Abrantes, L. A., & Júnior, A. C. B. (2023). Transferências Intergovernamentais e Desenvolvimento Econômico: Uma Aplicação de Dados em Painel Espacial para os Estados Brasileiros. *Brazilian Business Review*. <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1288.pt>
- Marciniuk, F. L., & Bugarin, M. S. (2019). A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. *Revista Brasileira de Economia*, 73(2). <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009>
- Martins, J. C. dos S., Caldas, O. V., & Bezerra Filho, J. E. (2021). Determinantes da situação financeira: uma análise dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 26(2), 1–15.
- Mendes, W. D. A., Rocha, L. D. P., Ferreira, M. A. M., & Faria, E. R. de. (2020). Papel do Tribunal de Contas no controle financeiro municipal. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 103–119. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p103>
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, 10(3), 377–397. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000300005>
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *The Review of Economic Studies*, 42(2), 169–190, <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Nunes, S. P. P., Marcelino, G. F., & Silva, C. A. T. (2019). The Courts of Accounts on the interpretation of the Fiscal Responsibility Law. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13. <https://revistas.usp.br/rco/article/view/145151/157057>
- Omurgonulsen, M., & Omurgonulsen, U. (2009). Critical thinking about creative accounting in the face of a recent scandal in the Turkish banking

- sector. *Critical Perspectives on Accounting*, 20(5),651–673. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.12.006>
- Onofrei, M., Vatamanu, A. G., Bostan, I., Oprea, F., Paraschiv, G., & Lazar, C. M. (2020a). The implication of fiscal principles and rules on promoting sustainable public finances in the EU countries. *Sustainability* 12(7),2772. <https://doi.org/10.3390/su12072772>
- Onofrei, M., Vatamanu, A. G., Bostan, I., Oprea, F., Paraschiv, G., & Lazar, C. M. (2020b). The implication of fiscal principles and rules on promoting sustainable public finances in the EU countries. *Sustainability* 12(7),2772. <https://doi.org/10.3390/su12072772>
- Pimpong, S., & Tei, F. (2022). Fiscal responsibility legal framework: New paradigm for fiscal discipline during elections in Ghana? *International Journal of Political Science and Governance*, 4(1), 138–142. <https://www.journalofpoliticalscience.com/uploads/archives/4-1-22-604.pdf>
- Ribeiro, M. V. J. B., Janiszewski, V., Lopes, L. da C. L., & Lagioia, U. C. T. (2022). Análise do reflexo da inscrição de restos a pagar no resultado primário dos municípios pernambucanos. *Revista Gestão e Organizações*, 7(2). <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/6065>
- Ribeiro, R. R. M., Mattos, R. M. de., Pavão, J. A., Borges, I. M. T., & Mattiello, K. (2024). Análise da gestão de endividamento público nas cinco melhores cidades para se viver no Paraná. *Themes focused on interdisciplinarity and sustainable development worldwide*, 02,1-20. <https://doi.org/10.56238/sevened2024.003-049>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21–36. <https://www.jstor.org/stable/2006731>
- Rotta, E., Smolski, F. M. da S., & Lago, I. C. (2023). Perfil dos candidatos e dos eleitos a prefeito. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 13, 213–230. <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4221>
- Santos, R. I. dos, Costa, P. H. C. de H., & Silva, V. da. (2021). Gestão de restos a pagar: estudo de caso dos resultados alcançados pelo estado de Alagoas no período de 2004 a 2020. *Revista Fatec Zona Sul - REFAS*, 8(2),38-57. <https://www.revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/527>
- Santos, P. S. A., Machado, D. G., & Scarpin, J. E. (2012). Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 23(4), 15–43. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197026282002>

- Segerberg, T. (2024). The Personalization of Electoral Participation? The Relationship Between Trait Evaluations of Presidential Candidates and Turnout Decisions in American Presidential Elections 1980–2020. *Political Behavior*. 47,241-265. <https://doi.org/10.1007/s11109-024-09949-3>
- Silva, M. Q. da. (2022). Fiscal austerity as a financing policy for education: The case of the county of Curitiba-PR between 2017 and 2019. *Education Policy Analysis Archives*, 30(77), <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6665>
- Waldna, F. S. (2018). *Qual a influência do ciclo político no comportamento dos restos a pagar no contexto do estado de Mato Grosso?* [Dissertação de mestrado]. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE. https://fucape.br/?jet_download=185085ab2b3936ee921d265ede52a53985dcd7f7
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. (2º ed). MIT Press.